S. T. M.
3ª. SEÇÃO
Cópia, em 14 de abril de 1953.

1953

Superior Tribunal Militar

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR
6ª SEÇÃO
3 FEV. 1953
LEGISLAÇÃO, JURISPRUDÊNCIA E DATILOGRAFIA

N.º 25.118

Capital Federal

Relator, o Sr. Ministro

Dr. Mauro Fonseca de Rezende

HABEAS-CORPUS 214

Paciente José Wanderley Nobrega, ese-sargento da F.A.B., que alega achar-se preso na Base de S. Cruz, á disposição do Conselho Permanente de Justiça da 1ª Auditoria de Aeronautica

AUTUAÇÃO

Aos 26 dias do mês de Janeiro de 1953, neste Superior Tribunal Militar, foi a presente autuação. 245

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR
ARQUIVO
Em 15/4/53

Pelo Sr. Dr. Secretário:

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR
BRASIL TESOURO NACIONAL Cr$1,00 Cr$1,50 BRASIL
26 JAN. 1953
2ª SEÇÃO
JUDICIARIA

OFICIAL

2/65

Exmo. Sr. Ministro Presidente do Superior Tribunal Militar, General Francisco Gil Castello Branco

HERACLITO FONTOURA SOBRAL PINTO, brasileiro, casado, advogado inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Secção do Distrito Federal, sob o nº 401, com escritório à rua Debret nº 79, 3º andar, salas 307/310, vem impetrar, com fundamento na Constituição Federal, art. 141, § 23, combinado com os arts.272 e 91, letra c) do Código da Justiça Militar, uma ordem de habeas-corpus em favor de JOSÉ WANDERLEY NOBREGA, brasileiro, casado, ex-Sargento da Força Aérea Brasileira, pelos motivos que passa a expor:

1) - O paciente foi denunciado na 1ª. Auditoria da Aeronautica como incurso nas sanções penais do art. 134 do Código Penal Militar, como participante de atividades indisciplinadas de carater subversivo;

2) - Ao Conselho Permanente de Justiça daquela Auditoria foi requerida, pelo Dr. Promotor Publico que funciona no processo, a prisão preventiva do Paciente, sob a alegação de que a ordem, a disciplina e o interesse da justiça exigiam tal providencia, tudo nos termos do art. 149 do Código da Justiça Militar;

3) - Achava-se, então, o Paciente em Salvador, Estado da Bahia, onde foi preso pelas autoridades militares da 6ª. Região do Exercito Nacional, e logo conduzido para esta Capital, onde ficou preso na Base de Santa Cruz, à disposição do Conselho Permanente de Justiça da 1ª. Auditoria da Aeronautica;

4) - O procedimento do Paciente no decurso do processo, na prisão e durante as sessões da instrução criminal e, em parte, a modificação das provas de acusação, levaram o Conselho a revogar a prisão preventiva, passando o mesmo Paciente a defender-se solto;

5) - Desfrutando da sua liberdade, o Paciente não modificou o seu procedimento de respeito à Justiça, de submissão às regras da disciplina militar, de cooperação com as autoridades judiciarias, para que o processo caminhasse normalmente e a verdade viesse a ser afinal estabelecida;

6) - Assim, nos termos do art. 224 do Código da Justiça Militar, o Paciente está, pela sua qualidade de denunciado, à disposição exclusiva do Conselho Permanente de Justiça da 1ª. Auditoria da Aeronautica, não podendo saír do distrito da culpa, por onde corre o processo;

7) - Acontece que, o Conselho Permanente de Justiça da Auditoria da 6ª. Região Militar, com séde em Salvador, Estado da Bahia, decretou, no fim do ano passado, a prisão preventiva do Paciente, denunciado pela Promotoria daquela Auditoria no mesmo art. 134 do Código Penal Militar, sob o fundamento de que, quando ainda no seio da Força Aérea Brasileira, se entregara a atividades indisciplinadas, de carater subversivo;

8) - E' que o Paciente, suspeitado de comunismo e de atividades subversivas na Base Aérea de Santa Cruz, neste Distrito Federal, fôra transferido para estabelecimento da Aeronautica, situado em Salvador, Estado da Bahia;

9) - O inquerito policial-militar alí instaurado envolveu, tambem, a pessoa do Paciente, surgindo, deste modo, contra ele, dois processos: o desta Capital e o de Salvador;

10) - Quando o segundo processo teve inicio em Salvador, Estado da Bahia, já o Paciente se encontrava, nesta Capital, à disposição exclusiva do Conselho Permanente de Justiça da

1ª Auditoria da Aeronautica;

11) - A consequencia processual imediata e direta desta prisão preventiva decretada pelo Conselho Permanente de Justiça da Auditoria da 6ª Região Militar, teria de ser, por força dos principios juridicos aplicáveis à especie, a condução urgente do mesmo Paciente para Salvador, Estado da Bahia, onde deveria ficar à disposição exclusiva do Conselho Permanente que ali funciona;

12) - Tal consequencia não se deu, porém, porque o Conselho Permanente de Justiça da 1ª Auditoria da Aeronautica, desta Capital, fez prevalecer a sua prevenção processual, impedindo, por deliberação propria, que o embarque do Paciente viesse a ocorrer;

13) - Ao atuar desta fórma, o Conselho Permanente de Justiça da 1ª Auditoria da Aeronautica inspirou-se no fato, verdadeiro e inevitavel, de que o embarque do Paciente para Salvador, importaria, além de desrespeito à sua autoridade jurisdicional, na paralização imediata do processo a que o mesmo Paciente está respondendo nesta Capital;

14) - A existencia, portanto, de dois processos simultaneos, sendo ambos da mesma natureza, e tendo curso perante dois Conselhos Permanentes de Justiça, que funcionam em lugares diferentes, afastados um do outro por centenas de quilometros, criou esta situação juridica insoluvel: a necessidade de dar andamento aos dois processos e a necessidade da presença do Paciente em ambos os processos;

15) - Mais insoluvel se torna a situação se atentarem as autoridades judiciarias nestoutra circunstancia: no processo que se desenvolve perante o Conselho Permanente de Justiça da 1ª Auditoria da Aeronautica o Paciente está se defendendo em liberdade, ao passo que no processo, contra ele movido perante o Conselho Permanente de Justiça da Auditoria da 6ª Região Militar,

foi decretada contra o referido Paciente a prisão preventiva;

16) - Mas, tal prisão, nos termos do art.149 do Código da Justiça Militar, só se justifica quando ela é uma exigencia da ordem, da disciplina ou do interesse da Justiça;

17) - Na especie tais pressupostos não existem porque, estando o Paciente a responder, perante o Conselho Permanente de Justiça da 1ª Auditoria da Aeronautica, processo de natureza identica, em tudo e por tudo, foi-lhe permitido defender-se solto, para o que o referido Conselho Permanente relaxou a prisão preventiva que antes decretara;

18) - Além do mais, continuando o Paciente a ser mantido preso, nesta Capital, mas à disposição do Conselho Permanente de Justiça da Auditoria da 6ª Região Militar, tal prisão se tornará ilegal, porque, além de desnecessária, ultrapassará de muito o termo de 30 dias que o art. 222 do Código de Justiça Militar fixa para a sua realização, pois, estando o mesmo Paciente retido nesta Capital, por força de processo identico a que está respondendo perante o Conselho Permanente da 1ª Auditoria da Aeronautica, impossivel se tornará a sua presença em Salvador, Estado da Bahia;

19) - Ante todos estes fatos, que são de ordem processual, e não simples alegações de defesa, o Impetrante, na sua qualidade de patrono do Paciente, dirigiu-se ao Conselho Permanente de Justiça da 1ª Auditoria da Aeronautica nos termos da petição cuja cópia vae junto;

20) - Animou-se a formular tal requerimento pòrque o mencionado Conselho, tomando conhecimento da determinação do Conselho Permanente de Justiça da Auditoria da 6ª Região Militar que mandara prender, nesta Capital, o Paciente, ordenando, ao mesmo tempo, a sua remessa para Salvador, fez comunicar, imediatamente, àquele orgão da Justiça Militar que a ida do mesmo Paciente não poderia se fazer neste instante, em virtude de estar em pleno curso a formação da culpa num processo que, tambem, é pelo art. 134 do

Código Penal Militar;

21) - Ora, na ocorrencia, a manutenção da prisão preventiva do Paciente não é assunto que esteja entrosado tão sómente com os direitos de sua defesa, mas é materia intimamente entrelaçada com a ordem processual inerente não só à ação criminal instaurada pela Justiça Militar da 6ª Região Militar, mas tambem a ação que está em curso na 1ª Auditoria da Aeronautica;

22) - Pela sua condição de acusado, regularmente denunciado, o Paciente está à disposição do Conselho Permanente de Justiça da 1ª Auditoria da Aeronautica, não podendo, por isto, nem sequer ser transferido ou removido para fóra desta Capital pela autoridade militar competente, sem anuencia do respectivo Auditor;

23) - E' claro que o mesmo Auditor, tendo em vista a bôa ordem do processo que ele dirige na 1ª Auditoria da Aeronautica, tem atribuições para representar a um outro Auditor sobre a inconveniencia da decretação de uma prisão preventiva que, desnecessariamente, restringe a liberdade de defesa do Paciente num processo que está correndo perante a mencionada 1ª Auditoria da Aeronautica;

24) - Em face de todo o exposto, vem o Impetrante requerer uma ordem de habeas-corpus em favor de José Wanderley Nobrega, uma vez que o Conselho Permanente de Justiça da 1ª Auditoria da Aeronautica não quiz tomar as providencias que lhe foram requeridas legalmente;

25) - A prisão preventiva decretada nas condições acima descritas é medida desnecessaria e, além do mais, manifestamente ilegal:

a)- é desnecessaria porque o Paciente, respondendo nesta Capital a um processo identico, não prejudicou a ordem, a disciplina ou os interesses da Justiça, tanto assim que, depois de ter sido preso preventivamente, foi posto em liberdade, para que pudesse defender-se solto;

b)- é manifestamente ilegal porque, impedido o Paciente de ir para Salvador, a sua prisão preventiva não se justifica, uma vez que a Justiça não tem o direito de prendê-lo indefinidamente, quando, em havendo réu preso, a denuncia tem de ser oferecida dentro de 5 dias (art. 190 do Código da Justiça Militar), ou, no maximo, dentro de 15 dias (§ 3º do citado art. 190); e a formação da culpa deverá de estar terminada dentro de 30 dias (art.222 do Código da Justiça Militar). Entretanto, como o Paciente não póde retirar-se desta Capital, por motivo do processo a que responde, com outros, pela 1ª. Auditoria da Aeronautica, todos aqueles prazos terão de ser excedidos de periodos triplices se não maiores;

26) - Confia o Impetrante que V. Exa, Sr. Presidente, distribuirá imediatamente a presente ordem, e que o Sr.Ministro a quem couber, por distribuição, a função de Relator, requisitará informações urgentissimas, por via telegráfica, e por oficio tambem urgente das Auditorias da 6ª. Região Militar, com séde em Salvador, e da Aeronautica, com séde nesta Capital, por isto que esta é a ultima semana de reunião do Superior Tribunal Militar, antes do advento das férias.

Nestes termos,

P. Deferimento.

D. Sede, 26 de Janeiro de 1953

Heráclito Fontenelle — Adail Pitta.



SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR
26 JAN 1953
PORTARIA

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR
PROTOCOLO Nº 363
Fls. Nº 498
Em 26 de 1 de 1953


SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR
BRASIL
TESOURO NACIONAL
Cr$20,00
BRASIL
TESOURO NACIONAL
Cr$1,50
BRASIL
Cr$ 0,10
26 JAN 1953
2ª SEÇÃO
JUDICIARIA

Exmo. Sr. Dr. Auditor da 1ª Auditoria da Aeronautica



JOSÉ WANDERLEY NOBREGA, brasileiro, casado, ex-Sargento da Força Aérea Brasileira, vem expor e requerer a V. Exa o que se segue:

1) - Em virtude de acusações, que lhe foram feitas, no inquerito policial-militar mandado instaurar, nesta Capital, contra elementos da Força Aérea Brasileira suspeitados de se entregarem a atividades subversivas, foi o Suplicante denunciado como incurso nas penas do art. 134 do Código Penal Militar;

2) - O Conselho Permanente de Justiça para a Aeronautica, tomando conhecimento desse inquerito, da denuncia do Ministerio Publico, e do requerimento de prisão preventiva por este feito contra o Suplicante e outros denunciados, decretou aquela prisão, com fundamento nos artigos do Código da Justiça Militar referentes a tal medida;

3) - O procedimento do Suplicante no decurso do processo, na prisão e durante as sessões da instrução criminal e, em parte, a modificação das provas de acusação, levaram o Conselho a revogar a prisão preventiva, passando o mesmo Suplicante a defender-se solto;

4) - Desfrutando da sua liberdade, o Suplicante não modificou o seu procedimento de respeito à Justiça, de submissão às regras da disciplina militar, de cooperação com as autoridades judiciarias, para que o processo caminhasse normalmente e a verda-

Exmo. Sr. Dr. Auditor da 1ª Auditoria da Aeronautica

JOSÉ WANDERLEY MONTEIRO, brasileiro, casado, ex-Sargento da Força Aérea Brasileira, vem expor e requerer a V. Exa o que se segue:

1) - Em virtude de accusações, que lhe foram feitas, no inquerito policial-militar mandado instaurar, nesta Capital, contra elementos da Força Aérea Brasileira suspeitados de se entregarem a atividades subversivas, foi o Suplicante denunciado como incurso nas penas do art. 134 do Código Penal Militar;

2) - O Conselho Permanente de Justiça para a Aeronautica, tomando conhecimento desse inquerito, da denuncia do Ministerio Publico, e do requerimento de prisão preventiva por este feito contra o Suplicante e outros denunciados, decretou aquela prisão, com fundamento nos artigos do Código da Justiça Militar referentes a tal medida;

3) - O procedimento do Suplicante no decurso do processo, na prisão e durante as ocasiões da instrução criminal e, em parte, a modificação das provas de accusação, levaram o Conselho a revogar a prisão preventiva, passando o mesmo Suplicante a defender-se solto;

4) - Desfrutando da sua liberdade, o Suplicante não modificou o seu procedimento de respeito á Justiça, de submissão ás regras de disciplina militar, de cooperação com as autoridades judiciarias, para que o processo caminhasse normalmente e a verda-

de viesse a ser afinal estabelecida;

5) - O Suplicante, suspeitado de entregar-se, nesta Capital, à atividades subversivas, foi, por este motivo, transferido para Salvador, Estado da Bahia;

6) - A mesma suspeita recaiu sobre ele na nova cidade para onde fôra mandado, de modo que, instaurado ali inquerito identico ao que aqui corria, e que determinou a origem do processo desta Auditoria, foi ele acusado da pratica do mesmo crime;

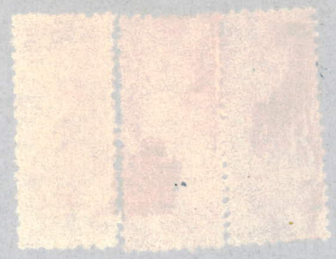
7) - A consequencia desta repetição da suspeita foi a decretação da sua prisão preventiva pelo Conselho Permanente da Justiça para o Exercito que funciona, presentemente, em Salvador, Estado da Bahia, como prova a certidão junto;

8) - Assim, o Suplicante foi mandado prender novamente, não mais por decisão do Conselho Permanente de Justiça para a Aeronautica, mas por deliberação do mencionado Conselho Permanente de Justiça para o Exercito, que funciona em Salvador, Estado da Bahia;

9) - Não póde o Suplicante ser remetido para a Bahia porque, nesse caso, o processo desta Auditoria não poderia prosseguir, permanecendo ele preso fóra da jurisdição daquele Conselho Permanente;

10) - Estando, por outro lado, sob a jurisdição deste Conselho Permanente de Justiça para a Aeronautica, permanece ele preso, em contraste com todos os demais acusados que estão em liberdade, e sem que a sua prisão se justifique perante as autoridades judiciarias desta Capital;

11) - Poderá o Suplicante pleitear, em <u>habeas-corpus</u> perante o Superior Tribunal Militar, a sua libertação uma vez que, estando a responder a processo nesta Capital, não póde ser preso preventivamente em outro processo que está sendo movido em outra zona militar, uma vez que esse segundo processo não pode ter pre-



ferencia sobre o anterior;

12) - Urge focalizar, ainda, que, decretada a prisão preventiva, estabelece-se para o Conselho a obrigação de terminar a instrução criminal dentro do prazo legal, cousa que, em relação ao Suplicante, não será possivel, pela necessidade processual de sua permanencia nesta Capital.

Ante o exposto, vem requerer a V. Exa que se digne d telegrafar ao Conselho Permanente de Justiça para o Exercito, instalado presentemente na 6ª. Região Militar, Salvador, Estado da Bahia, no sentido de obter a revogação, ainda que transitória, da prisão preventiva ali decretada, evitando-se, deste modo, a impetração de habeas-corpus à mais alta Côrte da nossa Justiça Militar.

Requerendo a juntada da presente aos respectivos autos, para os fins de direito,

P. Deferimento.

SUPREMO TRIBUNAL MILITAR
26 JAN 1953

11/691

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR

SECRETARIA

RECEBIMENTO

Aos 26 dias do mês de Janeiro do áno de 1953 nesta Secretaria, me foram entregues os presentes autos com o p.p. e instrumento do que lavro èste têrmo. Eu [signature] Oficial Judiciário, pelo Sr. Diretor-Geral, escrevi.

Ao Senhor Ministro Dr. Nunes de Azevedo

Em 26 de 1 de 1953

[signature]
Presidente

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR

SECRETARIA

CONCLUSÃO

Aos 26 dias do mês de Janeiro do ano de 1953 nesta Secretaria, faço os presentes autos conclusos ao Exmo. Sr. Ministro Dr. Nunes de Azevedo do que lavro êste têrmo. Eu [signature] Oficial Judiciário, pelo Sr Diretor-Geral, escrevi.

Solicitem-se informações.
26-1-53.
Nunes de Azevedo.

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR

SECRETARIA

RECEBIMENTO

Aos 26 dias do mês de Janeiro do áno de 1953 nesta Secretaria, me foram entregues os presentes autos com o despacho retro — do que lavro êste têrmo. Eu Felia Me Stramandinoki, Oficial Judiciário, pelo Sr. Diretor-Geral, escreví.

CERTIDÃO

Certifico e dou fé que nesta data, foram requisitadas as informações determinadas no despacho de fls retro pelo que passei a presente certidão Secretaria do Supremo Tribunal Militar, em 26 de I de 1953 Eu, Felia Me. Stramandinoki Dj. Jud. pelo secretario o escrevi,

JUNTADA

Aos 29 dias do mez de Janeiro de anno de 1953, nesta Secretaria, faço juntada aos presentes autos, do documento que se segue um, do que lavro este termo. Eu Felia Me Stramandinoki, Dj. Jud. Pelo Secretario, o escrevi.

12
Fl.

MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA
la.Auditoria da Aeronáutica

Nº 57 Em 27 de janeiro de 1 953

Do Auditor

Ao Sr. Diretor-Geral da Secretaria do Superior Tribunal Militar

Assunto:- Informa situração de acusado

I - Em resposta ao oficio n. 23/2a.Sec., de ontem datado, dessa Direção geral, informo que JOSÉ WANDERLEY NOBREGA, não se encontra preso a disposição dêste Juizo, onde se vê processar como incurso na pena do art. 134, do C.P.M., e sim por ter o Conselho Permanente de Justiça da Auditoria da 6a. Região Militar, decretado sua prisão preventiva.

II - Valho-me do ensejo para renovar os protestos de estima e consideração.

Eugênio Carvalho do Nascimento

EUGENIO CARVALHO DO NASCIMENTO
AUDITOR

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR
PROTOCOLO Nº 384
Fls. Nº 500
Em 28 de 1 de 1953

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR
28 JAN 1953
PORTARIA

13
28.

Juntei-me. 28-1-53.
Escrivão Pl. Reg.

CERTIDÃO passada em cumprimento ao respeitavel despacho do Excelentíssimo senhor doutor Juiz-Auditor segundo substituto em exercício na Sexta Região Militar **JOSÉ BORBA PEDREIRA LAPA,** exarado no requerimento da Senhora Dona **RUTH GARCIA NÓBREGA,** espôsa do Sargento da Reserva da Aeronáutica **JOSÉ WANDERLEY - NÓBREGA,** atualmente prêso preventivamente à disposição da Justiça Militar desta Região, protocolado - nêste Juizo sob o número dezenove, no dia doze de janeiro de mil novecentos e cincoenta e treis.

Eu, **JOSÉ WALDEMAR DA TRINDADE COSTA,** Escrivão efetivo de primeira entrância, lotado na Auditoria da Sexta - Região Militar, em virtude da lei. etc...

CERTIFICO E DOU FÉ, a todos quantos a presente certidão virem, dela conhecimento tiverem e interessar possa, que do processo relativo ao pedido de prisão preventiva formulado contra o Sargento da Reserva da Aeronáutica **JOSÉ WANDERLEY NÓBREGA,** pelo senhor Coronel João de Almeida Freitas, encarregado de um inquérito policial militar instaurado para apurar atividades subversivas de caráter comunista, consta o seguinte: = **D E C I S Ã O** - **O CONSÊLHO PERMANENTE DE JUSTIÇA PARA O EXÉRCITO,** examinando êstes autos de Prisão Preventiva em que é requerente o Senhor Coronel João - de Almeida Freitas, encarregado de um Inquérito Policial - Militar para apurar atividades subversivas de caráter comunista contra o indiciado sargento da Reserva da Fôrça Aérea Brasileira **JOSÉ WANDERLEY NÓBREGA,** depois de ouvir o Órgão do Ministério Público que se pronunciou favoravel à medida:

AUDITORIA DA 6.ª REGIÃO MILITAR

[redacted]

BRASIL Cr$ 1,50 Cr$ 15,00 AUDITORIA 6.ª REGIÃO MILITAR

AUDITORIA DA 6.ª REGIÃO MILITAR

do Ministério Público que se pronunciou favorável à medida; Brasileira **JOSÉ WANDERLEY NÓBREGA**, depois de ouvir o Órgão Ministerial em que é requerente o Senhor Coronel João de Almeida Freitas, encarregado de um Inquérito Policial - Militar para apurar atividades subversivas de caráter comunista contra o indiciado sargento da Reserva da Força Aérea **CERTIDÃO** passada em cumprimento ao respectivo despacho do Excelentíssimo senhor doutor Juiz-Auditor substituto em exercício na Sexta Região Militar **JOSÉ BORBA PE-DREIRA LAPA**, exarado no requerimento da Senhora Dona **RUTH GARCIA NÓBREGA**, esposa do Sargento da Reserva da Aeronáutica **JOSÉ WANDERLEY - NÓBREGA**, atualmente prêso preventivamente à disposição da Justiça Militar desta Região, protocolado - nêste Juízo sob o número desenove, no dia doze de janeiro de mil novecentos e cinquenta e treis.

Eu, JOSÉ WALDEMAR DA TRINDADE COSTA, Escrivão efetivo de primeira entrância, lotado na Auditoria da Sexta - Região Militar, em virtude da lei, etc...

CERTIFICO E DOU FÉ, a todos quantos a presente certidão virem, dela conhecimento tiverem e interessar possa, que do processo relativo ao pedido de prisão preventiva - formulado contra o Sargento da Reserva da Aeronáutica **JOSÉ WANDERLEY NÓBREGA**, pelo senhor Coronel João de Almeida Freitas, encarregado de um inquérito policial militar instaurado para apurar atividades subversivas de caráter comunista, consta o seguinte: = **D E S P A C H O** - O **CONSELHO PERMANENTE DE JUSTIÇA PARA O EXÉRCITO**, examinando êstes autos de prisão preventiva em que é requerente o Senhor Coronel João - de Almeida Freitas, encarregado de um Inquérito Policial - Militar para apurar atividades subversivas de caráter comunista contra o indiciado sargento da Reserva da Força Aérea Brasileira **JOSÉ WANDERLEY NÓBREGA**, depois de ouvir o Órgão do Ministério Público que se pronunciou favorável à medida:

favoravel à medida: - **P R E L I M I N A R M E N - T E :** - **CONSIDERANDO** que em face dos esclarecimentos prestados pelo **Excelentíssimo** Senhor Doutor Juiz-Auditor, o fôro para julgamento dêste pedido é o desta Região Militar - ex-ví do dispôsto na segunda (2ª) parte do artigo oitenta e quatro (84) do Código da Justiça Militar, sendo êste Consêlho o competente para decidir e apreciar o pedido em face - de ter sido a autoridade militar do Exército que em primeiro lugar providenciou sôbre o delito prativado por um elemento, na ocasião, da Aeronáutica, a que o Decreto-lei número treis mil e vinte (3.020) de primeiro de fevereiro de mil novecentos e quarenta e um prorrogou a Jurisdição Militar do Exército contida no artigo oitenta e seis (86) do - precitado Diploma legal. - **Q U A N T O A O M É R I - T O :** - **CONSIDERANDO** que o pedido se funda no artigo cento e **cincoenta** e seis (156) paragrafos segundo e terceiro do citado Código da Justiça Militar; - **CONSIDERANDO** que, ainda êste Consêlho tem competência para apreciar e decidir do Pe[redacted]o com amparo no artigo noventa e quatro (94) letra "C" do já referido Código da Justiça Militar; - **CONSIDERANDO** - que "a propagação da doutrina subversiva na Tropa constitui o delito previsto no artigo cento e trinta e quatro (134) do Código Penal Militar" e aquele que concorre, de qualquer modo, para sua difusão, pratica, outrossim, **ÁTOS PREPARATÓ-RIOS** constitutivos de crimes especiais autônomos (Recurso - Criminal número treis mil quatrocentos e trinta e seis - (3.436) in Diário de Justiça de dez de novembro de mil novecentos e cincoenta e dois - Relator Ministro Vaz de Mello); **CONSIDERANDO** que o acusado confessa a prática de fátos que

AUDITORIA DA 6.ª REGIÃO MILITAR

6.ª REGIÃO MILITAR AUDITORIA

AUDITORIA DA 6.ª REGIÃO MILITAR

favoravel à medida: - **P R E L I M I N A R M E N T E** -

E M : - **CONSIDERANDO** que em face dos esclarecimentos prestados pelo Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz-Auditor, o Tô- ro para julgamento déste pedido é o desta Região Militar - ex-vi do disposto na segunda (2a) parte do artigo oitenta e quatro (84) do Código da Justiça Militar, sendo êste Consê- lho o competente para decidir e apreciar o pedido em face - de ter sido a autoridade militar do Exército que em primei- ro lugar providenciou sôbre o delito praticado por um ole- mento, na ocasião, da Aeronáutica, e que o Decreto-lei nú- mero treze mil e vinte (13.020) de primeiro de fevereiro de mil novecentos e quarenta e um prorrogou a Jurisdição Mili- tar do Exército contida no artigo oitenta e seis (86) do - preceitado Diploma legal. - **Q U A N T O A O M É R I - T O** : - **CONSIDERANDO** que o pedido se funda no artigo cento e cincoenta e seis (156) paragrafos segundo e terceiro do citado Código da Justiça Militar; - **CONSIDERANDO** que, ainda êste Conselho tem competência para apreciar e decidir do pe- do com amparo no artigo noventa e quatro (94) letra "c" - do já referido Código da Justiça Militar; - **CONSIDERANDO** - que "a propaganda de doutrina subversiva na Tropa constitui o delito previsto no artigo cento e trinta e quatro (134) - do Código Penal Militar" e aquele que concorre, de qualquer modo, para sua difusão, pratica, outrossim, **ATOS PREPARATÓ- RIOS** constitutivos de crime especial autônomo (Recurso - Criminal número treze mil quatrocentos e trinta e seis - (3.436) in Diário de Justiça de dez de novembro de mil nove- centos e cincoenta e dois - Relator Ministro Vaz de Mello); **CONSIDERANDO** que o sursado confessa a prática de fatos que

de fátos que podem ser capitulados como crimes militares e dos quais decorrem veementes indícios de ter incitado à indisciplina e à desordem no seio da Tropa, quer no Rio de Janeiro, quer quando voltou à Bahia após esgotamento de licença, tendo mesmo sido excluido da Fôrça Aérea Brasileira - (FAB) por ser do conhecimento de seus superiores militares as atividades ilegais que desempenhava no Partido do qual chegou a ser secretário de organização e finanças com o nome partidário de **"INDIO"** e posteriormente **"ARLINDO"**, para - esconder sua verdadeira identidade; - **CONSIDERANDO** que não ocorre no caso em aprêço a prescrição constante do artigo - cento e cinco (105) número cinco do predito **Código** Penal Militar, estando, por outro lado, o indiciado incurso no artigo trinta e treis (33) do aludido Código Penal; - **CONSIDERANDO** que, no momento, não ausculta aos interesses de Justiça, da ordem e da disciplina, deva o indiciado responder - sôlto o respectivo Processo, porquanto dada a natureza grave dos fátos confessados e veementemente deduzidos, tendo-se em mira, ainda, a amplitude do movimento e a condição de destacado membro do Partido Bolchevista, maiores são as possibilidades de fuga e estorvamento da prova e concertamento dos planos frustados com os companheiros foragidos; - **CONSIDERANDO** que ditas atividades estão referenciadas nas confissões de outros indiciados, circunstância susceptível, por si mesma, de autorizar a decretação da Prisão Preventiva, - como já decidiu o Egrégio Superior Tribunal Militar e o Tribunal de Apelação do Rio Grande do Sul na Revista Forense - Volume número noventa e sete (97), página setecentos e trinta e sete (737); - **CONSIDERANDO** finalmente que é do interes

AUDITORIA DA 6.ª REGIÃO MILITAR

6.ª AUDITORIA MILITAR

ta e sete (737); - CONSIDERANDO finalmente que é do interes
se Volume número noventa e sete (97), página setecentos e trin
bunal de Apelação do Rio Grande do Sul na Revista Forense -
como já decidiu o Egrégio Superior Tribunal Militar e o Tri
si mesma, de autorizar a decretação da Prisão Preventiva, -
ção de outros indiciados, circunstância suscetível por
DERANDO que ditas atividades estão referenciadas nas confis
dos planos frustrados com os companheiros foragidos; - CONSI
sibilidades de fuga e estorvamento da prova e comportamento
desmascarado membro do Partido Solapavista, maiores são as pos
se em mira, ainda, a amplitude do movimento e a condição de
ve dos fatos comprovados e veementemente deduzidos, tendo-
gão o respectivo Processo, portquanto dada a natureza gra-
ga, da ordem e da disciplina, deva o indiciado responder -
RANDO que, no momento, não ausculta aos interesses da Justi
go trinta e treis (33) do citado Código Penal; - CONSIDE-
fitar, estando, por outro lado, o indiciado incurso no arti
certo e cinco (105) número cinco do predito Código Penal Mi
cessonder sua verdadeira identidade; - CONSIDERANDO que não
me partidário de "INDIO" e posteriormente "ARLINDO", para -
chegou a ser secretário de organização e finanças com o no-
de atividades ilegais que desempenhava no Partido do qual
(PAB) por ser do conhecimento de seus superiores militares
ga, tendo mesmo sido excluído da Força Aérea Brasileira -
neiro, quer quando voltou à Bahia após sepultamento de Ilcen
dos quais decorrem veementes indícios de ter incidido à in-
disciplina e à desordem no seio da Tropa, quer no Rio de Ja
de fatos que podem ser capitulados como crimes militares e

que é do interesse da Órdem, da Justiça e da Disciplina a decretação da medida solicitada; - **R E S O L V E**, por unanimidade de votos, adotando também como razões de decidir o Parecer do Ministério Público, quer em plenário quer escrito, **DECRETÁ-LA** para o sargento **JOSÉ WANDERLEY NÓBREGA**, nos têrmos do artigo cento e quarenta e nove (149) e letras "A" e "B" do supra referido Código da Justiça Militar. Publique-se. Registre-se. Intime-se e façam-se as necessárias comunicações. - Sala das sessões dos Consêlho de Justiça na Auditoria da Sexta Região Militar em Salvador, aos quatorze dias do mês de novembro do âno de mil novecentos e cincoenta e dois. - (Assinados) - **JOSÉ DE SOUZA PINTO**, - Major Presidente. - **DOUTOR JOSÉ BORBA PEDREIRA LAPA**, Juiz-Auditor Segundo Substituto - **VOTEI VENCEDOR** e como fundamentação de meu voto, invoco igual sentir nas Razões Jurídicas que serviram de fundamentação a idêntico pedido contra o Segundo Sargento Milton Ferreira Lima, que anéxo aos autos, por cópia em papel separado. - **EVERALDO CALAZANS DE ALMEIDA**, Primeiro Tenente Juiz. - **JOSÉ TARANTO PELEGRINI**, Segundo Tenente Juiz. - **PEDRO FERREIRA MARTINS**, Segundo Tenente Juiz. - E, para constar, lavrei a presente **CERTIDÃO**, que vai datada e assinada na forma da Lei. *

Justiça Militar
Auditoria

Salvador, 13 de janeiro de 1953
José Wanderley Nóbrega



M. DA AERONÁUTICA
JUSTIÇA MILITAR
1a. AUDITORIA
ENTRADA / /19
SAÍDA / /19
PROTOCOLO N.º

AUDITORIA DA 6.ª REGIÃO MILITAR

AUDITORIA DA 6.ª REGIÃO MILITAR

que vai datada e assinada na forma de lei. *

Segundo Tenente Luiz. - R, para comstar, lavrei o presente TERMO, Segundo Tenente Luiz. - PEDRO FERREIRA MARTINS, Segundo Te

ALMEIDA, Primeiro Tenente Luiz. - JOSÉ TARANTO PELEGRINI,

tra o Segundo Sargento Milton Ferreira Lima, que anexo aos autos, por cópia em papel copiando. - EVERALDO CALAZANS DE

diosa que serviram de fundamentação a idêntico pedido con-

menteção de meu voto, invoco ligeal sentir nas Razões Jurí-

Auditor Segundo Substituto - VOTAI VENCEDOR e como funda-

Maior Presidente. - DOUTOR JOSÉ BORBA PEDREIRA LAPA, Juiz-

e cinocente e dois. - (Assinados) - JOSÉ DE SOUZA PINTO, -

questorze dias do mês de novembro do ano de mil novecentos

tiça na Auditoria da Sexta Região Militar em Salvador, aos

rias comunicações. - Sala das sessões do Conselho de Jus-

Publique-se. Registre-se. Intime-se e cumpra-se as necessá-

tras "A" e "B" do supra referido Código de Justiça Militar.

nos têrmos do artigo conto e quarenta e nove (149) e le-

crito, DECRETA-IA para o sargento JOSÉ WANDERLEY NOBREGA,

o parecer do Ministério Público, quer em plenário quer es-

nimidade de votos, adotando também como razões de decidir

decretação da medida solicitada; - R E S O L V E, por una-

que é do interesse da Ordem, da Justiça e da Disciplina a

17
29.

URGENTE

MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA
1a. Auditoria da Aeronautica

Nº 64

Em 29 de janeiro de 1 953

Do Auditor

Ao Sr. Diretor-Geral da Secretaria do Superior Tribunal Militar

Assunto:- Informa data de denuncia e andamento de processo

I - Em resposta ao oficio n. 26/2a. Sec.,de hoje datado, dessa Direção Geral, informo que JOSÉ WANDERLEY NÓBREGA, foi denunciado no dia 10 de outubro de 1 952, como incurso na sanção do art. 134, do C.P.M., e que na sessão de amanhã, dia 30, serão ouvidas as últimas testemunhas de Defesa.

II - Valho-me do ensejo para renovar os protestos de estima e consideração.

Eugenio Carvalho do Nascimento 1º Auditor

EUGENIO CARVALHO DO NASCIMENTO

AUDITOR

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR
PROTOCOLO Nº 411
Fls. Nº 502
Em 29 de 1 de 1953

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR
29 JAN 1953
PORTARIA



18
78.

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR

SECRETARIA

CONCLUSÃO

Aos 29 dias do mês de Janeiro do ano de 1953 nesta Secretaria, fiz os presentes autos conclusos ao Exmº. Sr. Ministro Dr. Manoel de Rezende. do que lavro este têrmo. Eu Felix M. Guimarães Oficial Judiciário, pelo Sr. Diretor-Geral, escrevi.



Vem mesa.
29-1-53.
Manoel de Rezende.

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR

Habeas-Corpus nº 25.118 - Capital Federal.

Habeas-Corpus - Improcedencia das razões de ilegalidade da prisão.

Relator: Sr. Ministro Dr.Murgel de Rezende.
Relator para o Acordão:Sr.Ministro Dr.Cardoso de Castro.
Paciente: JOSE WANDERLEY NÓBREGA, ex-sargento da F.A.B., que alega achar-se preso na Base de S.Cruz, à disposição do Conselho Permanente de Justiça da 1ª Auditoria de Aeronautica.

Vistos e relatados êstes autos de habeas-corpus recurso impetrado em favor do ex-sargento da Aeronáutica JOSÉ WANDERLEY NÓBREGA pois

"25) - A prisão preventiva decretada nas condições acima descritas é medida desnecessária e, além do mais, manifestamente ilegal: a) é desnecessaria porque o Paciente, respondendo nesta Capital a um processo identico, não prejudicou a ordem, a disciplina ou os interesses da Justiça, tanto assim que, depois de ter sido preso preventivamente,foi posto em liberdade, para que pudesse defender-se solto;b) é manifestamente ilegal porque, impedido o Paciente de ir para Salvador, a sua prisão preventiva não se justifica, uma vez que a Justiça não tem o direito de prende-lo indefinidamente , quando, em havendo réu preso, a denuncia tem de ser oferecida dentro de 5 dias (art. 190 do Código da Justiça Militar), ou, no máximo, dentro de 15 dias (§3º do citado art. 190); e a formação da culpa deverá de estar terminada dentro de 30 dias (art.222 do Código da Justiça Militar). Entretan-

to, como o Paciente não póde retirar-se desta Capital, por motivo do processo a que responde, com outros, pela 1ª Auditoria da Aeronáutica, todos aqueles prazos terão de ser excedidos de periodos triplices se não maiores;"

ACÓRDAM, em Tribunal, negar a ordem impetrada:

a) considerando que nada há que articular contra a prisão preventiva do paciente, decisão que está devidamente fundamentada face à prova de criminalidade produzida no inquérito policial militar e que não pode ser invalidada por meio de habeas-corpus, não tendo havido recurso da decisão de prisão preventiva.

b) considerando, quanto à competência, mesmo admitindo se que as atividades do paciente constituam uma só infração de caráter contínuo, não ficou esclarecido qual dos dois inquéritos, o do Exército e da Aeronáutica, foi instaurado em primeiro lugar de modo a justificar a aplicação do art. 84 do Código da Justiça Militar, e, êsse ponto só por meio de conflito de jurisdição pode ser resolvido;

c) o Tribunal, em recente decisão, desaforou o processo da 6ª Região Militar - Bahia - para a 1ª Região - Capital Federal, prejudicadas assim as razões expostas na inicial.

Superior Tribunal Militar, 30 de janeiro de 1953.

PRESIDENTE

Relator para o Acórdão.

O meu voto é consequência de outros já proferidos recentemente, em grau de conflito de jurisdição sôbre hipóteses semelhantes: não tendo havido prova de identidade de atividades subversivas em cada uma das Forças Armadas, julguei improcedentes os conflitos de jurisdição suscitados.

Assim, na hipótese dos autos considerei subsistente a

decisão que decretou a prisão preventiva proferida pelo Conselho de Justiça da Auditoria da 6ª Região Militar - Bahia.-

V. Lucio, com a seguinte explicação de voto: O caso dos autos é idêntico a diversos outros, já apreciados pelo Tribunal, em conflito de jurisdição. As atividades subversivas do paciente estão ligadas às de outros militares pertencentes a corporações distintas, sendo, portanto, de aplicar-se a regra do art. 86 do Código da Justiça Militar, que fixa a competência por prevenção. E como foram as autoridades militares do Exército que, em primeiro lugar, tomaram conhecimento do fato, o Conselho de Justiça há de ser constituido por oficiais dessa corporação armada, de acôrdo com a regra legal.

LP

Mmo. Juiz da Aud. 6ª Região.
Denunciado e com a formação de culpa em virtude do recurso, ao 1º auditório da aeronáutica e a este auditório cabe o conhecimento da causa, pois foi o primeiro juízo do aforamento do processo. A esta estabelecido no art. 86 do C. J. M. só é de aplicar-se, no caso em estudo, antes do oferecida a denúncia, do, quando muito, antes do início do sumário. Ora, sendo o paciente já denunciado e pronunciado na auditoria da aeronáutica, pergunto: é por este todo o processado, pode responder a outro processo na Bahia?

F. de Mercier Stamps

22

REMESSA

Aos catorze dias do mês de abril de 1953; na 3.ª Seção do Superior Tribunal Militar, faço remessa dos presentes autos ao arquivo.

Chefe da 3.ª Secção

[redacted]RTAMENTO DOS CORREIOS E TELÉGRAFOS

TELEGRAMA

...RO
...EDIÇÃO

CARIMBO DA ESTAÇÃO

-1 DEZ 1953-

INDICAÇÕES DE SERVIÇO TAXADAS E ENDEREÇO

Recebido
Do
às horas
por

OF DR DIRETOR GERAL
SECRETARIA SUPERIOR
TRIBUNAL MILITAR RIO

PREAMBULO SALVADOR 53 9 01 1144 29 F-

O preâmbulo contem as seguintes indicações de serviço: espécie do telegrama, estação de origem, número do telegrama, número de palavras, data e hora da apresentação.

HABITUE-SE A INDICAR NO RECIBO DO SEU TELEGRAMA A HORA EM QUE O RECEBER COM ESSA PROVIDÊNCIA, AUXILIARÁ O DEPARTAMENTO NA FISCALIZAÇÃO DA ENTREGA DOS TELEGRAMAS.

ASSINATURA

N 14 DE 29-11-53 RESPOSTA VOSSO RADIO DOIS SETE 2º DE VINTE SEIS HOJE. RECEBIDO VG INFORMO CONSELHO PERMANENTE JUSTICA EXERCITO DECRETOU PRISAO PREVENTIVA JOSÉ WANDERLEY NOBREGA VG EX SARGENTO FAB VG DIA 14 DEZEMBRO ULTIMO VG FUNDAMENTO ARTIGO UM QUATRO NOVE CODIGO JUSTICA MILITAR VG RAZAO INQUERITO INSTAURADO PARA APURAR ATIVIDADES SUBVERSIVAS CARATER COMUNISTA NESTA REGIAO PT MANDADO PRISAO FOI CUMPRIDO DIA VINTE NOVE ALUDIDO

28

25.118 - Julg - 30/11/53

910

DEPARTAMENTO DOS CORREIOS E TELÉGRAFOS

TELEGRAMA

NUMERO DE ORDEM

CARIMBO DA ESTAÇÃO

INDICAÇÕES DE SERVIÇO TAXADAS E ENDEREÇO

Recebido
Os
às horas
por

PREAMBULO

O portador deverá colher as seguintes indicações de serviço: espécie do telegrama, estação de origem, número do telegrama, número de palavras, data e hora da apresentação.

HABITUE-SE A INDICAR NO RECIBO DO SEU TELEGRAMA A HORA EM QUE O RECEBER COM ESSA PROVIDÊNCIA, AUXILIARÁ O DEPARTAMENTO NA FISCALIZAÇÃO DA ENTREGA DOS TELEGRAMAS.

TEXTO

MES VG PELO QUARTEL GENERAL TERCEIRA ZONA AEREA VG
HAVENDO ACUSADO PASSADO RECIBO RELATIVO COPIA LHE
FOI ENTREGUE NOS TERMOS ARTIGO UM CINCO UM PARAGRAFO
UNICO CITADO CODIGO PT INQUERITO MENCIONADO AINDA
NAO DEU ENTRADA NESTE JUIZO PT SOMENTE VIRTUDE
TELEGRAMA AUDIDO VEIO ESTE JUIZO TER CONHECIMENTO
ACHAR SE MESMO DISPOSIÇAO PRIMEIRA AUDITORIA
AERONAUTICA PT SDS PT DR JOSE BORBA PEDREIRA LAPA

ASSINATURA

JUIZ AUDITOR 6º R M -- -- -

GK-1 Via-90006008757676

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR

SERVIÇO DE HABEAS-CORPUS — ANDAMENTO DO PROCESSO:

INFORMAÇÃO
- OFICIO Nº ..... R. .....
- TELEG. Nº 27, de 26-1-53 R. Aud. 6ª RM

COMUNICAÇÃO
- OFICIO Nº 23, de 26-1-53 R. 1ª Aud. Aeronautica
- TELEG. Nº ..... R. .....

DIVERSO
- OFICIO Nº .....

Oficial - Encarregado.